



## AS FACETAS CONSTITUCIONAIS E EMPRESARIAIS DA LIVRE INICIATIVA À LUZ DA ÓTICA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

*Lorena Aquino Pradella<sup>1</sup>, Andryelle Vanessa Camilo Pomin<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Direito, UNICESUMAR, Campus Maringá-PR. PIBIC<sup>12</sup>/ICETI-UniCesumar. lorenapradella@outlook.com

<sup>2</sup>Orientadora, Docente do Curso de Direito, UNICESUMAR. andryelle.camilo@unicesumar.edu.br

### RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo apresentar algumas características e conceitos dos direitos da personalidade, em especial da livre iniciativa, mediante uma análise de sua origem e evolução histórica, discorrendo quanto aos seus fundamentos civis-constitucionais e sua relação com o direito empresarial. A livre iniciativa é um princípio basilar trazido pela Constituição Federal, que visa conferir maior autonomia àqueles que desejam desenvolver sua própria atividade econômica, respaldada na ideia de que o Estado não deve intervir de modo a prejudicar os que movimentam a economia e geram empregos, devendo para tanto, interferir na medida certa a evitar concorrências desleais e a transgressão de direitos elencados pelas legislações vigentes. Já os direitos da personalidade representam liberdades inerentes a toda pessoa humana, com respaldo legal tanto pela Constituição Federal de 1988 quanto pelo Código Civil de 2002. Os direitos da personalidade estão ligados às individualidades das pessoas, tanto ao aspecto moral quanto físico; tais direitos têm por objetivo proteger atributos da personalidade, tal como a liberdade. Diante disso, se inicia um estudo acerca da liberdade de iniciativa como direito da personalidade. A pesquisa tem como intuito analisar a relevância da livre iniciativa no ordenamento jurídico brasileiro e para a sociedade em geral, evidenciando que tal prerrogativa é de suma importância para o desenvolvimento da sociedade, obtendo caráter de direito da personalidade com eficácia *erga omnes*, ou seja, quaisquer indivíduos devem observar. Nos dias atuais, explorar esta temática demonstra-se de valia crescente, tendo em vista as diárias tentativas de erradicação da democracia, do constitucionalismo e dos direitos que os acompanham. Com esse propósito a pesquisa será desenvolvida utilizando-se do método de procedimento bibliográfico, que consiste no estudo bibliográfico e documental de obras doutrinárias, de legislação nacional e internacional pertinente, de jurisprudência e documentos eletrônicos. Quanto aos objetivos, o método de consulta será o exploratório, e quanto à abordagem o método será o hipotético dedutivo. Desse modo, a referida pesquisa objetiva fomentar a discussão acadêmica acerca dessa temática, atenuando conflitos doutrinários e jurisprudenciais, resultantes da escassez em debates acerca do tema apresentado, impedindo a abertura de margens para mitigações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Código civil; Direito empresarial; Direitos personalíssimos; Liberdade de iniciativa.